

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MILHO E SEUS EFEITOS NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS¹

Jeferson Marques da Silva²

Sônia de Souza Mendonça Menezes³

RESUMO

A atual conformação dos sistemas agroalimentares é reflexo das transformações efetuadas no âmbito da produção, etapa inicial desses sistemas, fruto das alterações no uso da terra no campo brasileiro. Com base nesse entendimento, este artigo tem como objetivo analisar as transformações implementadas a partir do processo de modernização da agricultura e seus efeitos na produção, comercialização e consumo de alimentos em Nossa Senhora de Lourdes. A utilização desse município como recorte empírico se justifica pela configuração que tem apresentado nos últimos anos quanto o uso da terra. A metodologia segue os parâmetros de uma pesquisa qualitativa e está fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os resultados obtidos evidenciam que as alterações no espaço rural deste município seguem a lógica de transformação observada em escala nacional e estadual, demonstrando a redução nos cultivos alimentares e o crescimento da produção de milho. No que diz respeito a escala da comercialização, por meio das investigações empíricas constatou-se a comercialização de alimentos dos quatro grupos de classificação quanto ao grau de processamento, no entanto, nos estabelecimentos investigados há uma predominância de alimentos processados e ultraprocessados. A presença marcante dos ultraprocessados nos estabelecimentos, somada a redução do cultivo do feijão, da mandioca e de outros produtos saudáveis, tem se constituído um desafio para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população.

Palavras-chave: Agronegócio; Comercialização e consumo de alimentos; Produtos ultraprocessados; Cultura alimentar tradicional.

RESUMEN

La configuración actual de los sistemas agroalimentarios es un reflejo de las transformaciones llevadas a cabo en el ámbito productivo, etapa inicial de estos sistemas, como resultado de los cambios en el uso del suelo en el campo brasileño. A partir de este entendimiento, este artículo tiene como objetivo analizar las transformaciones implementadas a través del proceso de modernización agrícola y sus efectos en la producción, comercialización y consumo de alimentos en Nossa Senhora de Lourdes. La utilización de este municipio como muestra empírica se justifica por la configuración que ha presentado en los últimos años en cuanto al uso del suelo. La metodología sigue los parámetros de la investigación cualitativa y se basa en investigaciones bibliográficas, documentales y de campo. Los resultados obtenidos muestran

¹ Este trabalho resulta da dissertação de mestrado intitulada *O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob a orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18681>

² Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEO/UFS. E-mail: jefersonprof21@gmail.com; jefersonm@academico.ufs.br.

³ Professora do Departamento de Geografia (DGE) e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: soniamenezes@academico.ufs.br.

que los cambios en el espacio rural de este municipio siguen la lógica de transformación observada a escala nacional y estatal, demostrando la reducción de cultivos alimentarios y el crecimiento de la producción de maíz. En cuanto a la escala de comercialización, a través de investigaciones empíricas se encontró que los alimentos de los cuatro grupos de clasificación se vendían en función del grado de procesamiento, sin embargo, en los establecimientos investigados existe predominio de alimentos procesados y ultraprocesados. La fuerte presencia de alimentos ultraprocesados en los establecimientos, combinada con la reducción del cultivo de frijol, yuca y otros productos saludables, ha constituido un desafío para garantizar la seguridad alimentaria y nutricional de la población.

Palabras clave: Agronegocios, Comercialización y consumo de alimentos, Productos ultraprocesados, Cultura alimentaria tradicional.

INTRODUÇÃO

O alimento, sua produção, comercialização e consumo se constituem uma temática de investigação relevante, principalmente a partir da conformação do modelo dominante de produção agrícola vigente. Trata-se de um modelo que prioriza as *commodities*, alicerçado pelo uso exacerbado de insumos químicos que impactam de forma negativa os ambientes alimentares com a redução de forma drástica do cultivo de alimentos, contribui para a formação de desertos alimentares – locais com restrições de acesso e de disponibilidade de alimentos saudáveis – ou de pântanos alimentares – locais que possuem alta disponibilidade de alimentos ultraprocesados, de baixa qualidade nutricional e refletem no crescimento da insegurança alimentar e nutricional.

Sobre os ditames impostos por esse padrão hegemônico de produção, Stedile e Carvalho (2010) atestam que, caminha-se para uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais, pois o acesso aos alimentos está regido pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação.

Para Bezerra e Schneider (2012, p. 40), “a dinâmica desse sistema agroalimentar (hegemônico) traz consigo as causas e as consequências do atual modelo de produção, que por sua vez incide sobre o atual modelo de consumo”. O controle que as corporações exercem sobre os processos da produção à comercialização de alimentos, implica na sua (in)disponibilização para o consumo da população. Isso se deve ao fato de que o alimento, para o capitalismo, passa a ser considerado uma mercadoria. Desse modo, as grandes corporações em busca da ampliação dos lucros configuram o processo de alimentação de acordo com seus interesses, criando problemas como a fome e o avanço das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) ocasionadas pelo consumo dos produtos ultraprocesados.



O sistema agroalimentar moderno, caracterizado pela busca da produtividade e do lucro, à medida que ignora os métodos tradicionais de produção promove crises ambientais, sociais, econômicas e culturais. Seus efeitos não se restringem ao âmbito da produção, eles são perceptíveis nas escalas da comercialização e do consumo. Partindo dessa assertiva, alguns questionamentos foram feitos com o propósito de direcionar esta pesquisa: quais são as principais transformações fomentadas pelo processo de modernização da agricultura? Como elas se territorializam de forma escalar (de dimensões nacionais até as locais)? Quais são seus efeitos nas diversas escalas do sistema agroalimentar do recorte pesquisado?

As reflexões traçadas neste texto têm por objetivo analisar as transformações implementadas a partir do processo de modernização da agricultura e seus efeitos na produção, comercialização e consumo de alimentos em Nossa Senhora de Lourdes, município localizado ao norte do estado de Sergipe e integrante do território do Alto Sertão Sergipano. Para esse fim, é construído um paralelo com as modificações observadas em escala nacional e estadual.

METODOLOGIA

Para realizar este estudo adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A primeira etapa fundamenta-se em leitura e fichamento de artigos científicos, livros, dissertações e teses que discutem as modificações no uso da terra, nos processos de produção de alimentos e seus rebatimentos na comercialização e consumo e, conseqüentemente, nos hábitos alimentares da população. A etapa seguinte consiste na investigação, interpretação e sistematização de um conjunto de dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, a pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e visitas aos estabelecimentos que comercializam alimentos no município em apreço. A leitura do objeto de estudo proposto segue os parâmetros de uma pesquisa qualitativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a territorialização do milho no recorte geográfico em análise é necessário estabelecer relações com o movimento de expansão do modo de produção capitalista, fundamentado na busca incessante pelo lucro, no contexto nacional e estadual. A partir deste panorama macro, é possível desvelar as relações de poder estabelecidas no território

estudado e pontuar seus efeitos no âmbito da produção, comercialização e consumo de alimentos.

A implementação do conjunto de tecnologias, denominado posteriormente de Revolução Verde, no Brasil, se constitui um divisor de águas no processo de produção no campo. Desde então, o espaço rural vem “sofrendo mudanças ecológicas, sociais, culturais e, sobretudo, políticas” (Porto-Gonçalves, 2023 [2006], p. 225). Impactos ambientais, diminuição da biodiversidade, erosão cultural, desvalorização das práticas tradicionais de cultivo são alguns reflexos dessas mudanças. O discurso de combate à fome mundial, que se apresentava de forma alarmante após a Segunda Guerra Mundial, foi primordial para a consolidação do modelo de produção técnico-científico. Efetivamente, esse modelo tem proporcionado o aumento da produtividade, mas o seu foco discursivo não foi alcançado.

Segundo o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025 (SOFI 2025), a fome ainda atinge 673 milhões de pessoas no mundo, o que equivale a 8,2% da população global. Apesar do Brasil, de acordo com esse mesmo relatório, ter saído do mapa da fome, reduzindo para menos de 2,5% a proporção de sua população em situação de subnutrição, dados da mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A, 2023, mostram que, 27,6% dos domicílios pesquisados enfrentam algum grau de insegurança alimentar. Em Sergipe o quadro é mais preocupante, pois quase 50% dos domicílios que compõem a amostra (exatos 49,2%) enfrentam algum tipo de insegurança alimentar. Os números evidenciam a atualidade da temática e reclamam urgência de propostas efetivas.

Almeida (1997) assevera que o aumento da produtividade estava interligado à inserção do “pacote tecnológico” formado pelo conjunto de insumos químicos, variedades geneticamente modificadas, irrigação e mecanização. Para esse autor, havia uma conjuntura no mundo: “crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma ‘catástrofe alimentar’ que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo” (Almeida, 1997, p. 44), dessa forma, os objetivos propostos pelo citado paradigma da Revolução Verde foram propagados.

Nesse contexto, as relações de produção que se estabelecem no campo brasileiro, direcionadas para a produção de commodities voltadas para a exportação, convergem para o modelo denominado posteriormente de agronegócio. O Estado, agente financiador e promotor de políticas públicas direcionadas à expansão desse modelo, por meio da política de crédito agrícola adotada tem proporcionado a modernização do espaço rural e a integração entre a indústria e a agricultura. Entretanto, suas ações têm contribuído para intensificar as

desigualdades no campo, concentração de terra e da prática monocultora. O processo de modernização, alicerçado pela exacerbação da concentração fundiária e de renda e pela precarização acentuada das relações de trabalho, não resultou em mudanças significativas nas estruturas basilares agrárias brasileiras, mas se constitui numa “[...] maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil” (Delgado, 2005, p. 7). Desde então, o Brasil tem se apresentado como um grande fornecedor de commodities para o comércio internacional.

Nas palavras de Bombardi (2023), o Brasil tem sido transformado em “‘máquina’ de produção de grãos e outras commodities cujo ‘combustível’ são as sementes transgênicas, os fertilizantes químicos e os agrotóxicos” (2023, p. 9). A utilização desses “combustíveis” foi essencial para promoção das metamorfoses no modo de produção e para deslocar a produção agrícola de sua função primordial, a produção de alimentos. Com a inserção de sementes híbridas, dos agroquímicos, das máquinas e o avanço dos cultivos nos moldes do *agrobusiness*, influenciados pelo avanço de técnicas e de novas tecnologias, a produção de alimentos nas mais variadas regiões do Brasil sofreu variações, proporcionando a homogeneização de sistemas produtivos. A produção para o autoconsumo, estratégia de reprodução social desenvolvida pelos camponeses, também é alterada à medida que eles se inserem nos mercados capitalistas (Niederle; Wesz Jr., 2018). Assim, a prática de monocultivo substitui a diversidade de cultivos e intensifica a redução da produção de alimentos, contribuindo para a perda de autonomia dos territórios.

O Estado de Sergipe não ficou de fora do processo de modernização da agricultura. A partir de análises feitas por Menezes, Silva e Silva (2019), percebe-se que o espaço rural sergipano seguiu a lógica modernista desenvolvida em âmbito nacional. Esses autores em suas análises identificaram que “os investimentos de capital e a mecanização no espaço rural sergipano é crescente, atua no processo de produção agrícola, em contraposição o agricultor familiar perde a autonomia na produção de alimentos” (2019, p. 12), problemática identificada em várias partes do Brasil.

A Pesquisa Agrícola Municipal, por meio de seus dados, revela o crescimento considerável da produção do milho em Sergipe, assim como no Brasil e em outros estados da federação. Menezes, Silva e Silva (2019) destacam o papel do Estado através das ações desenvolvidas por órgãos estaduais em parceria com secretarias municipais de agricultura, como o Programa Estadual de Distribuição de Sementes e Mecanização Agrícola, com o objetivo de promover atividades agrícolas com viabilidade produtiva e consolidar a produção



do milho no mercado. Os dados obtidos a partir da comparação da produção atingida nos anos de 2003 e 2023 revelam a proporção que esse segmento agrícola tem alcançado no estado. A quantidade de milho produzida saltou de 86.595 toneladas, em 2003, para 874.463 toneladas, em 2023. O crescimento da produção do milho, associado a ampliação de área e ao rendimento, tem estreita relação com a utilização de sementes transgênicas e do conjunto de agrotóxicos que elas dependem, práticas características dessa agricultura moderna.

Inversamente, observa-se a redução das “culturas agrícolas consideradas pilares da alimentação brasileira – arroz, feijão e mandioca” (Bombardi, 2023, p. 26) tanto em escala nacional quanto estadual. Segundo Bombardi, no Brasil, nas três últimas décadas, essas culturas tiveram redução de área de cultivo expressiva – arroz, 58%; feijão, 47% e mandioca, 38%. Esses cultivos, em Sergipe, apresentam redução significativa em suas áreas de cultivo. Comparando os dados de 2003 e 2023 as áreas do cultivo de arroz, feijão e mandioca reduziram, respectivamente, 44%, 94% e 59%.

Nesse cenário, fica evidente que a produção e o consumo de alimentos, desde a segunda metade do século XIX, passam por modificações radicais (Baca e Lobera, 2018). Como resultado, as autoras pontuam a complexidade da experiência alimentar no presente século que se configura “por um lado, uma estranha convivência entre ‘abundância’ com ampla diversidade (no mínimo aparente); e, por outro, um alarmante cenário de crise, de persistência da fome e aumento das novas doenças derivadas da alimentação” (Baca e Lobera, 2018, p.84), problemas agravados pela industrialização da alimentação.

Menezes (2013) assevera que a expansão da oferta de produtos industrializados alterou a dieta e o modo de fazer das comidas das comunidades sertanejas de Sergipe, como também contribuiu para a desterritorialização do alimento e para a perda de vínculo territorial, corroborando com o que Contreras e Gracia pontuam sobre as fronteiras espaciais da alimentação contemporânea. Para eles, “o espaço geográfico de produção coincide menos do que nunca com o espaço da transformação, preparação e consumo” (2011, p, 81). Essas alterações no processo produtivo contribuem “para o enfraquecimento da autonomia produtiva, da soberania alimentar e o aumento da dependência da alimentação imposta pelas empresas fornecedoras de alimentos industrializados” (Menezes; Silva; Silva, 2019). Cada vez mais os alimentos disponíveis e comercializados nos ambientes alimentares se desvinculam do espaço rural, fator que contribui para aumento da presença de produtos ultraprocessados e para a desfiguração da cultura alimentar da população.

As constatações dos autores supracitados elucidam o comprometimento da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população, que conforma a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, Lei nº 11.346/2006)

À medida que determinações como a garantia de uma alimentação saudável, a quantidade adequada e a diversidade cultural dos alimentos não são consideradas, cada vez mais a população se distancia desse direito fundamental. O controle que as corporações exercem dos processos da produção ao de comercialização de alimentos, implica na sua (in)disponibilização para o consumo da população. Fato que será analisado no recorte geográfico desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas décadas os sistemas alimentares passaram por grandes mudanças. Pensar a alimentação nesse contexto exige uma reflexão multiescalar dos processos de produção, comercialização e consumo. Em seu livro “Comida como cultura” Montanari (2008) já assegurava ser inadequado associar a comida à ideia de natureza. Na experiência humana, segundo o autor, são as representações de processos culturais que fundamentam as bases do sistema alimentar. A comida é cultura quando produzida, preparada e consumida, sendo assim, se constitui em elemento eficaz para comunicar a identidade humana. Os vínculos ainda existentes entre o alimento e a natureza têm sido quebrados pelas atuais inovações que modificam os modos de produção, o conteúdo e o nível de processamento dos alimentos.

Pesquisas têm constatado a territorialização e expansão do agronegócio do milho em municípios do Médio e Alto Sertão Sergipano (Silva, 2022; Silva, 2023). Essa dinâmica altera o uso da terra com a diminuição do cultivo de alimentos – arroz, feijão, mandioca, entre outros – face a ampliação do monocultivo desse cereal, relacionada à demanda do mercado externo e atrelada aos ditames da bolsa de valores, ao capital industrial e de distribuição de produtos. No cenário nacional, tais alterações vêm sendo observadas desde a inserção do modelo de produção imposto pelos moldes da Revolução Verde, análise realizada anteriormente.



Os estudos sobre as transformações originadas pelo processo da Revolução Verde se aplicam entre outros, na concentração fundiária e nos problemas ocasionados por ela; na contaminação do solo, da água e do ar pelo uso excessivo de agrotóxicos; na perda da biodiversidade a partir do desmatamento e do uso de sementes transgênicas. Atualmente, novos elementos têm se somado a esse leque de problemáticas, dentre eles, a diminuição da produção de alimentos em favor do avanço do monocultivo de soja e milho e seus efeitos têm possibilitado discussões importantes em torno da desfiguração da cultura alimentar face ao avanço do consumo de produtos ultraprocessados.

Com base nos dados apresentados, observa-se a vinculação do setor produtivo agrícola de Nossa Senhora de Lourdes ao agronegócio, modelo legitimado pelos discursos de produtividade e aumento de riqueza em detrimento das análises vinculadas à destruição do meio ambiente, supressão da cultura alimentar e a dependência dos pacotes tecnológicos pelos agricultores. As mudanças destacadas contribuem para que o referido município se alinhe ao sistema agroalimentar hegemônico, caracterizado pela modernização, industrialização e homogeneização das práticas alimentares, pelo distanciamento entre produtores e consumidores e pelo estabelecimento dos circuitos longos de produção e distribuição de alimentos.

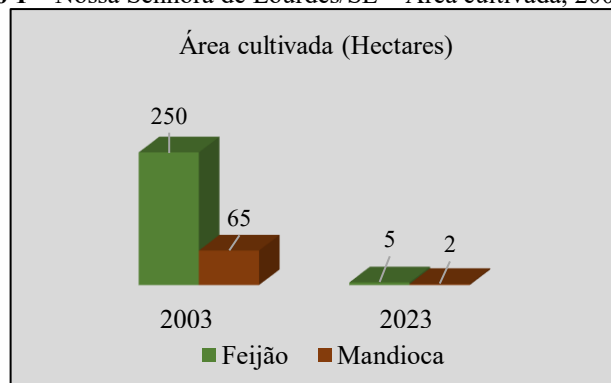
Vale ressaltar que estes produtores acessam as diversas formas de financiamento como as linhas de crédito via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os créditos desse programa destinados à produção de lavouras temporárias são direcionados à produção do milho, o qual é comercializado diretamente com os proprietários de granjas de Pernambuco, como também por meio de atravessadores, esses comercializam o grão com empresas alimentícias do Nordeste como São Braz (PB) e Coringa (AL).

A análise das informações do município pesquisado demonstra que a territorialização do milho tem sido acompanhada pelo processo de modernização da agricultura e pela redução do cultivo de feijão e mandioca. De acordo com os últimos dados dos censos agropecuários (IBGE, 1995-1996; 2006; 2017), o feijão teve redução superior a 89% e a mandioca a 85%. O cultivo desses dois alimentos que fazem parte da cultura alimentar deste município já não é suficiente para abastecer a sua população, o aprovisionamento depende agora da produção de outros municípios localizados em outras regiões brasileiras. Enquanto o milho em grão e o milho forrageiro, produzidos a partir de sementes transgênicas e do uso excessivo de agrotóxicos, tiveram crescimentos exponenciais (166,67% e 5.043,10%, respectivamente).

Ao comparar os exercícios estatísticos (2003 – 2023) da produção agrícola do município de Nossa Senhora de Lourdes, observa-se decréscimo expressivo da área destinada as culturas

do feijão e da mandioca (Gráfico 1). No período de duas décadas as áreas direcionadas ao cultivo do feijão e da mandioca diminuíram, respectivamente, 94% e 59%.

Gráfico 1 – Nossa Senhora de Lourdes/SE – Área cultivada, 2003 e 2023.



Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal,
Organização: Jeferson Marques da Silva, 2025

Quanto aos dados referentes a etapa da comercialização, os estabelecimentos que comercializam alimentos no município em análise, podem ser agrupados entre os três tipos de estabelecimentos de acordo com a classificação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2018): de aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados (Tipo 1), de aquisição de alimentos ultraprocessados (Tipo 2) e misto (Tipo 3), com número considerável dos dois últimos tipos, situação que tem favorecido o aumento do consumo de produtos ultraprocessados e a desvalorização de culturas alimentares tradicionais. A partir da categorização realizada, os estabelecimentos identificados foram classificados como: Tipo 1 – quitanda e feira livre; Tipo 2 – pizzaria, lanchonete e supermercado; Tipo 3 – mercearia, panificação, restaurante, laticínios/carnes/frios. Percebe-se, portanto, o predomínio dos tipos mistos de estabelecimentos de alimentação.

Os estabelecimentos estão concentrados nas principais ruas e avenidas da sede municipal, assim como nos bairros, Caixa D'Água e Conjunto José Caetano. Igualmente verifica-se no povoado Escurial, principal aglomeração rural do município (Figura 1). Enquanto isso, os demais povoados contam com um número reduzido de casas comerciais, exclusivamente estabelecimentos do Tipo 3.

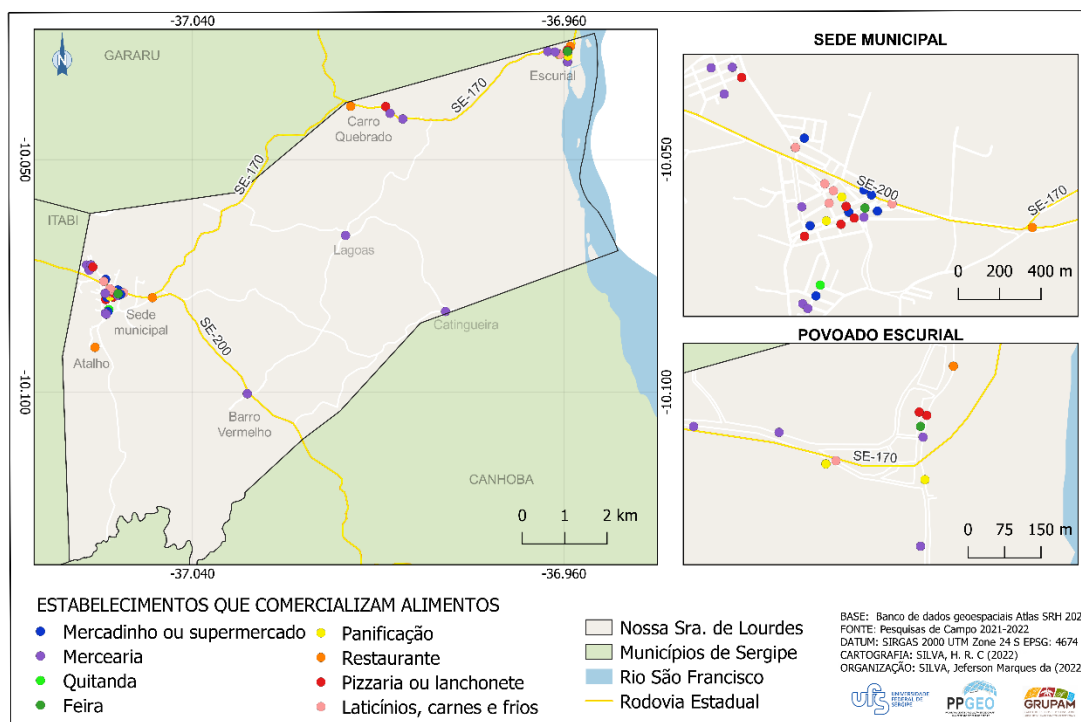


Figura 1 – Nossa Senhora de Lourdes/SE – Estabelecimentos que comercializam alimentos, 2022

Fonte: Pesquisa de campo 2021-2022

Org.: Jefferson Marques da Silva, 2021

Apesar da orientação dada pelo Guia Alimentar para a População Brasileira para evitar o uso de tais produtos ultraprocessados, pela sua composição nutricional baixa que impacta negativamente a saúde dos consumidores, é notória a sua oferta no comércio local. A presença dos ultraprocessados nesses ambientes alimentares influenciam as escolhas da população quanto à alimentação. A narrativa do participante a seguir denota às alterações na produção de alimentos relacionados aos novos modos de vida no meio rural.

Aqui a gente só encontra esses alimentos (frutas, verduras e legumes) na feira. Durante a semana você não encontra com facilidade. Aqui eu não conheço ninguém que produza esses alimentos pra gente poder comprar. Nem sei se são saudáveis, porque hoje tudo tem droga. A gente nem sabe onde foi plantado. Hoje tudo é produzido fora do tempo, é encontrado em qualquer época do ano. (Consumidora, Sede municipal, set./2022).

Por se tratar de um município pequeno, com a predominância de características rurais, os modos de vida identificados em Nossa Senhora de Lourdes não se assemelham aos dos centros urbanizados, porém, conforme já apresentado neste texto, percebe-se que a redução extrema do plantio de alguns alimentos contribui para o arrefecimento do consumo de alimentos *in natura* cultivados localmente e o crescimento dos produtos ultraprocessados nas refeições da população, ações que reforçam a erosão da cultura alimentar local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das novas configurações implementadas pelo hegemônico modelo de produção capitalista e dos seus rebatimentos na comercialização e consumo de alimentos compreende-se a necessidade da referida pesquisa para constatar os efeitos desses processos em escala local. Assim, percebe-se consideráveis modificações nos produtos e na forma que são cultivados no município de Nossa Senhora de Lourdes, com a utilização de máquinas agrícolas, o crescimento do uso dos agrotóxicos e de sementes transgênicas nas últimas décadas. Tais alterações têm rebatimentos, sobretudo, na comercialização e consumo de alimentos, percebidos na conformação dos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, cujo predomínio dos processados e ultraprocessados é crescente e na desconfiguração da cultura alimentar, por meio do aumento do consumo de produtos ultraprocessados, que impactam na saúde da população por estarem associados a incidência de DCNTs - doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes, para citar algumas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.
- BACA, Andrea Santos; LOBERA, Gloria Idalia Baca. Em busca da ordem do caos: a lógica do capital na determinação de que é bom para comer. **Geografares**, n. 25, 2018.
- BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 35, 2012.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar para a população brasileira – GAPB**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN** com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. [internet]. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 06 abr. 2025.



CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Estudo técnico mapeamento dos desertos alimentares no Brasil**. Brasília: Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Ministério do Desenvolvimento Social; 2018.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. trad. Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidalli. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP AW. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 [internet]. Addressing high food price inflation for food security and nutrition 2025. 234 p. Disponível em <<https://centrodeexcelencia.org.br/relatorio-sofi-2025-mostra-que-673-milhoes-passam-fome-no-mundo-e-que-brasil-deixa-o-mapa-da-fome/>>. Acesso em: 09 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censos agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017**. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 03 abr. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 09 set. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9552>>. Acesso em: 09 set. 2025.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Hebert Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 40, 2019. Disponível: <<https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>>. Acesso em: 10 set. 2025.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Editora da UFRGS, 2018.

PORTO-GOLÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2023 [2006].

SILVA, Jeferson Marques da. **O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar**. Dissertação



(mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023. Disponível em: <
<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18681>>. Acesso em 10 set. 2025.

STEDILE, João P.; CARVALHO, Horacio M. de. Soberania alimentar: Uma necessidade dos povos. In: BRASIL (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Fome Zero: Uma história Brasileira**. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, v. 3, 2010, p. 144 a 156.